

A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA:
ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO HISTÓRICO DA
FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL ⁽¹⁾

Fernando A. Novais ⁽²⁾

ABSTRACT

This article deals with the historical process of the social formation in Brazil trying to seize it in its specificity, that is, assuming it as determined by its insertion in the framework of the development of a worldwide capitalism and as marked by the presence of slavery, the basis of the first Brazilian social formation and the starting point for its further development.

Na organização deste painel, em que se apresentam comunicações discutindo o desenvolvimento das pesquisas científicas (em ciências exatas e humanas) e tecnológicas no Brasil, pareceu conveniente a presença de uma exposição sucinta sobre a "evolução da sociedade brasileira", com vistas a possibilitar reflexões situando os avanços da ciência e da técnica do conhecimento científico no quadro mais geral da história do país. Entretanto, as dificuldades inerentes ao tema obrigam-nos a definir, preliminarmente, o âmbito de nossas indagações.

Tratar o tema proposto — evolução da sociedade brasileira — nos limites de uma comunicação, envolve naturalmente problemas de grande complexidade, que devem ser enfrentados desde o início, para fixar com nitidez os objetivos a que visamos, bem como as limitações de que temos consciência. Em primeiro lugar, e obviamente, a sua extensão; tal como se apresenta, implicaria na reconstituição do processo histórico da formação social do Brasil, demarcando as várias configurações nas diversas etapas, assim como os mecanismos de mudança de uma para outra, sem

- (1) Em versão inglesa, este texto foi apresentado como comunicação no painel "Science and Technology in Brazil", do programa do Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science, Boston, fevereiro de 1976.
- (2) Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



deixar de considerar as variações regionais que acompanham aquele processo, e ainda hoje se fazem notar. Nas balizas de tempo e espaço disponíveis, tentar uma síntese de tal natureza seria condenar-se ao melhor dos casos à superficialidade. Aliás, tal síntese pressuporia uma convergência de pontos de vista dos vários autores que se vêm dedicando ao assunto, pois seria então possível procurar os denominadores comuns das múltiplas análises, que constituiriam, enfim, aquela súpula. Não há, bem se vê, tal concordância, o que por si exclui o projeto de uma reconstituição sintética.

Para além da extensão, o tema proposto apresenta-se de certo modo — permita-se-nos dizê-lo — impreciso. Deixando de lado as conotações possivelmente ambíguas de “evolução” (entendamos: “processo histórico”), será preciso qualificar o que se vai entender por “sociedade”, sem entretanto abrir o debate praticamente ilimitado que este conceito pode comportar. Ao contrário do que poderia parecer, o adjetivo “brasileira” envolve também problemas de extrema dificuldade. A formação social que se estrutura dentro das fronteiras do estado nacional brasileiro possuirá tal especificidade para se poder pensar num tipo particular? Ou, ao contrário, aquilo que tem de comum com outras formações sociais é mais significativo do que os elementos diferenciadores? Nem sempre se levam em conta as implicações mais remotas de uma expressão tão simples como “sociedade brasileira”. É bem de ver-se que o exame seguro desse problema nos levaria à história social comparada, o que alargaria ainda mais a área de indagações.

Ora, um dos traços marcantes dos trabalhos mais significativos sobre a formação social do Brasil tem sido exatamente a dificuldade de apreender a sua especificidade; apercebidos, como não podia deixar de ser, com o aparato conceitual e metodológico dos vários domínios das ciências sociais, esses estudos se desenvolvem, tanto quanto somos capazes de assimilá-los em conjunto, numa tensão entre a tendência de apreender nosso processo histórico-social nas linhas explicativas mestras das análises clássicas, e a percepção das peculiaridades que o afastam daqueles modelos. O esforço para superar o impasse se tem muitas vezes expressado em formulações sempre matizadas pelos prefixos “pré”, “semi”, “sub”, etc. Os avanços nesse sentido se têm desenvolvido num paulatino e recorrente entrelaçamento entre os estudos gerais e as investigações monográficas, cujos resultados aos poucos se vão incorporando naqueles estudos.

De qualquer modo, esse inter-relacionamento, em que ora as monografias infirmam os esquemas gerais ora os embasam, e em que os esquemas mais amplos colocam a problemática para as investigações empíricas, não exclui as divergências de visão da sociedade que se vai formando no Brasil, a que acima nos referimos. E aqui tocamos num último, mas não menos importante, desses problemas preliminares. A consciência que uma sociedade tem de si mesma faz parte dessa formação social; tal auto-consciência expressa-se de alguma maneira em toda a produção cultural engen-

drada pelos agentes que a compõem, e também portanto na reflexão sociológica produzida no seu interior. Noutros termos, as várias linhas de explicação de nossa formação social, ou as várias visões da sociedade brasileira, teriam que ser pensadas e compreendidas como produtos de nossa vida social, ao mesmo tempo em que colocam a problemática para a sua análise. Esse, parece-nos, o mais seguro caminho para ultrapassar os impasses a que fizemos referência, e fazer avançar os estudos sobre nossa história social. Mas, naturalmente, também aqui não será preciso dizer das dificuldades da abordagem desse aspecto do tema.

Sumariamente esboçada, esta parece-nos a problemática fundamental do tema proposto. Diante das dificuldades apresentadas, como situar-nos? Excluída a hipótese da reconstituição sintética, ficaria o caminho do balanço bibliográfico; deveria ser exaustivo, ou explicitar os critérios de seleção, e marcar as linhas de tendência. As dificuldades inerentes aos dois enfoques nos levaram a procurar uma terceira postura, isto é, escolher — com base por certo na bibliografia mais representativa, geral e monográfica — alguns temas que nos pareçam mais relevantes, e discutir-los ao mesmo tempo procurando articulá-los entre si, e situá-los no processo histórico. As páginas que seguem, portanto, tentarão ser críticas, sem pretender ser exaustivas.

Se há divergências fundamentais quanto à natureza da sociedade brasileira, às características das camadas e grupos sociais, etc., isto não impede evidentemente o reconhecimento de um ponto de partida comum: a formação “colonial”. Cremos mesmo poder afirmar que este será talvez um dos poucos ou o único ponto de concordância unânime: todos estamos de acordo em que as feições hoje apresentadas pela sociedade no Brasil resultam de um processo de transformação, em cuja base subjaz algo um tanto vagamente descrito como “formação colonial”. Tanto maior seja a ênfase dada no processo histórico imanente às configurações atuais para compreendê-las, tanto maior será a importância da compreensão do ponto de partida. É mesmo um dos exercícios mais presentes nos estudos econômicos e sociais dos países sub-desenvolvidos, a anotação das “persistências” dos “traços coloniais”.

Mas as concordâncias ficam por aí. Quando se procura verificar o que se está entendendo por “formação colonial”, o que se observa é que o mais das vezes isto é um dado simplesmente cronológico: o que se passou entre o “descobrimento” e a independência. Em raros trabalhos — em Florestan Fernandes, por exemplo — se procura a especificidade da “sociedade colonial”.

O que, substantivamente, se retém das considerações sobre o período colonial, é a escravidão. A escravatura, diz-se, é o “legado” da colonização, e o trabalho escravo é a marca decisiva de nossa formação social. Assim, imperceptivelmente, de “colonial” a ênfase se desloca para o

“escravista”: e a idéia de legado, de herança, sem nada explicar, lança como que uma mácula sobre a colonização portuguesa. Ora, isto conflita com o fato de se ter mantido e mesmo acentuado o escravismo depois da ruptura do pacto colonial. Aceitando, pois, que o regime escravista de trabalho é o elemento que marca de cima a baixo o perfil da sociedade brasileira na sua primeira fase — isto é, a sociedade escravista como matriz —, importa questionar de início as relações entre escravismo e colonização.

Efetivamente, nos quadros da colonização da Época Moderna (séculos XVI, XVII e XVIII), o Brasil, como as Antilhas e o Old South, tipifica a “plantation”: grande propriedade, produção altamente especializada em produtos agrícolas tropicais, e escravidão africana. Dada a importância, antes assinalada, da escravatura na estruturação da sociedade colonial, explicar a gênese do escravismo colonial moderno assume grande relevância, pois só assim se pode compreender a natureza do fenômeno.

Para tanto, em nosso entender, a primeira demarche deve ser encarar a colonização da Época Moderna na América (rigorosamente, só na América se pode falar de colonização nesse período) em conjunto; ora, já vimos que o Brasil se insere na larga faixa de domínio da escravidão africana. No polo oposto, as colônias inglesas setentrionais — a Nova Inglaterra — formam um núcleo excepcional onde predomina o trabalho livre, de produtores independentes. Entre um e outro medeiam largas áreas em que dominam formas de trabalho servil e semi-servil: encomienda, mita, cuatequil, indentured, etc. Com exceção das colônias de povoamento, portanto, pode dizer-se que na América Colonial dos Tempos Modernos predominam largas formas de trabalho compulsório — a compulsão do trabalho é o traço dominante, e o escravismo a sua forma limite. Há, pois, três dimensões do problema: o predomínio do trabalho compulsório (ou antes: a necessidade de compulsão do trabalho), a extensão da forma-limite (isto é, o escravismo), e a “preferência” pelo escravo africano. As três dimensões do mesmo problema estão evidentemente inter-relacionadas, mas a sua distinção analítica é essencial para uma compreensão mais abrangente do fenômeno — e isto nem sempre se tem levado em conta.

De fato, na imensa bibliografia sobre o tema da escravidão nas Américas — o escravismo é uma autêntica obsessão dos historiadores do Novo Mundo —, a maior parte dos trabalhos se têm dedicado aos efeitos da instituição, sem questionar a sua gênese; nos Estados Unidos, na esteira da obra de Tannenbaum, desenvolveu-se uma vigorosa corrente de história comparada da escravidão. Sem discutir as conclusões a que se tem chegado (ainda que alguns problemas tenham que ser retomados adiante), digamos que ela se concentra de preferência na forma que o fenômeno assumiu, no século XIX. O que de certo modo se compreende, uma vez que é da desagregação do escravismo que resulta o perfil atual da sociedade. Ora, parece-nos que rediscutir a gênese permite re-equacionar o problema dos desdobramentos posteriores, daí insistirmos nesse ponto.

Nesses trabalhos, quando muito, se vê o escravismo colonial como uma continuidade, uma ampliação do fenómeno já pré-existente. Ao contrário, parece-nos que o escravismo na América Colonial assume qualidades que lhe são próprias: não só amplia-se extraordinariamente, mas domina o sistema produtivo e dá forma à organização social. Mais ainda, a expansão do escravismo colonial coincide com o declínio, na Europa, das formas de trabalho compulsório e emergência do trabalho livre: transita-se da servidão feudal para o salariato, passando-se pela predominância do produtor independente.

Nesse sentido, e procurando a conexão entre as tendências opostas do regime de trabalho no Velho e no Novo Mundo, Eric Williams, num livro clássico (*Capitalism & Slavery*, 1944), procurou a explicação do escravismo colonial como produto da formação do capitalismo. Sua análise, contudo, embora um marco decisivo nesses estudos, não ficou imune a algumas críticas procedentes. Em última instância (talvez por centrar sua análise nas Antilhas inglesas) sua explicação se fixa nas condições de abundância de terras e escassez de mão-de-obra para a produção mercantil nas colônias. Ora, o esquema explicativo pode ser recuperado se o inserirmos num quadro de mediações entre os elementos de determinação estrutural apontados pelo historiador antilhano. De um lado, capitalismo: mas na sua fase de formação, isto é, quando ainda não está implantado como forma dominante de produção, mas a acumulação se dá na órbita da circulação; trata-se de acumulação de capital comercial, uma das formas primitivas de acumulação. De outro lado, a produção colonial instalando-se para promover e fomentar essa forma de acumulação. Noutros termos, entre a produção colonial e a formação do capitalismo que a engendra, desenvolve-se um quadro estrutural de relações que articula as duas partes: o antigo sistema colonial do mercantilismo. Sistema colonial aparece, pois, como a mediação necessária.

Pensando nesses termos, isto é, dentro dos quadros do sistema colonial mercantilista, a análise de Williams readquire toda sua força explicativa: escassez de mão-de-obra e abundância de terras deixam de ser dados absolutos; relativizam-se: as condições dos "fatores" terra e mão-de-obra se definem nos mecanismos do sistema, cujo sentido é organizar uma produção mercantil que promovesse a acumulação primitiva de capitais no conjunto das economias européias. Se a dominação política da metrópole sobre a colônia era o pré-requisito, o "exclusivo" metropolitano era o mecanismo direto (através do comportamento dos preços) da acumulação de capital colonial: neste quadro, só a compulsão do trabalho poderia permitir o funcionamento do sistema. Na fase do pré-capitalismo europeu — também chamado, por alguns autores, capitalismo comercial — os mecanismos de acumulação de capital comercial exigiam, nas áreas periféricas atingidas pelas relações mercantis, a acentuação das formas de trabalho compulsório. Nem é por outro motivo que se assiste, contemporaneamente, a essa mesma acentuação na Europa Oriental: a chamada "segunda servidão feudal", como recentemente acentuou I. Wallerstein, na

realidade não foi uma revivescência do feudalismo, mas antes deve entender-se nos mecanismos de acumulação do capital comercial nos centros dinâmicos do desenvolvimento, os países da Europa Ocidental.

Assim entendido, ainda que muito esquematicamente, o trabalho compulsório no mundo colonial, a compreensão da incidência maior na sua forma-limite, o escravismo, e especialmente a escravização dos africanos, apresenta ainda problemas extremamente difíceis: digamos apenas que o funcionamento do sistema colonial — voltado para a acumulação externa — requeria, por outro lado, além da compulsão do trabalho e simultaneamente com ela um grau muito elevado de concentração da renda e que, das formas compulsórias de regime de trabalho, o escravismo é evidentemente a mais concentracionista. A escravização dos africanos, por outra parte, abria para os mercadores metropolitanos europeus a larga faixa de atividades mercantis do tráfico negreiro, o que ampliava a acumulação, ao mesmo tempo em que reforçava o controle da colônia pela metrópole.

A escravidão africana e o tráfico negreiro se podem portanto entender — somente assim se podem entender — como gerados nas determinações do sistema colonial, isto é, nos mecanismos de acumulação do capital comercial prevalecente na Europa durante a transição para o capitalismo moderno. São a nosso ver de suma importância as implicações desta constatação. Basicamente, significa que a economia escravista colonial forma um todo integrado no sistema de colonização; noutros termos, o escravismo é parte desse conjunto, e só se explicita nele. Como decorrência, o escravismo posterior ao período colonial se articula num outro esquema, mudando de sentido e função: daí não se poder analisar com as mesmas categorias os dois momentos do escravismo moderno, e esta tem sido uma das fraquezas dos melhores estudos sobre o assunto.

Economia colonial, assim, assume uma especificidade decisiva: mercantil, escravista e com acumulação externa — os três componentes estruturais se interdependem, são igualmente importantes, e é a dinâmica do todo que se tem de apreender. A alteração de qualquer dos componentes redefine necessariamente o conjunto, que além disso deve ser pensado sempre como parte da estrutura mais global do capitalismo mercantil em transição para o industrial. Acumulação externa implica em permanente carência de capitais, o que somado ao bloqueio que o trabalho escravo impõe ao desenvolvimento das técnicas produtivas, resulta no baixo nível tecnológico da vida econômica colonial. Daí o crescimento puramente extensivo, isto é, praticamente sem alteração da composição dos fatores produtivos que a caracteriza. Por outro lado, mercantil-escravista envolvem contradição, pois ao mesmo tempo se expande a produção para o mercado externo e se amplia a faixa de produção fora do mercado, para subsistência dos escravos.

Essa mesma especificidade tinha de refletir-se na sociedade que se organizou no mundo escravista colonial. “Sociedade colonial” não deve

pois entender-se como um dado meramente cronológico, mas como uma formação social específica. Se assumirmos, como assumimos no início dessas considerações acompanhando o denominador comum dos estudos, que a escravidão é a marca fundamental da sociedade de que derivou a moderna sociedade brasileira, segue-se que aquela especificidade deve ser postulada. Examinemos de mais perto este ponto.

Retomemos o andamento dessas considerações. Assumimos, com a quase totalidade dos estudos nesse campo, a afirmação de que a escravidão forma a base da primeira formação social no Brasil, ponto de partida para os desenvolvimentos posteriores. Contudo, questionando a gênese e a natureza do escravismo moderno tentamos avançar na configuração da especificidade da economia colonial, nos quadros do sistema de colonização do mercantilismo. Daí a distinção entre as duas fases do escravismo, no âmbito do sistema colonial e fora dele — o que nos afasta de certo modo das análises correntes. Se retornarmos, agora, ao ponto de partida, poderemos também rediscutir a especificidade da formação social da colônia. Mas isso pressupõe a explicitação do enfoque, pelo menos em suas linhas mais gerais.

Quando falamos em “formação social” da colônia, já estamos optando por uma certa abordagem no estudo de uma “sociedade”: ainda que este se possa preceder de inúmeros modos, e a sociologia moderna aí está para ilustrá-lo abundantemente, parece legítimo postular que o essencial refere-se à forma de articulação das camadas e grupos sociais, e é a essa “forma de articulação” que se pode denominar “formação social”. Isto porque é a articulação das partes ou antes a estruturação dos elementos que define a natureza desses mesmos elementos. Uma camada social só se define em relação a outra ou outras; é a relação que importa. Portanto, a maneira mais abrangente de estudar uma determinada sociedade, uma formação social concreta, parece ser detectar o princípio de estratificação das várias camadas sociais que a compõem; a maneira como se organizam os grupos, como se comportam os agentes, etc., começa a se tornar compreensível a partir daí.

Torna-se, agora, clara a importância decisiva da escravidão: ela foi o princípio de estratificação na formação social da colônia. Não o único, já se vê, mas certamente o mais importante. Na medida mesma em que se forma, a sociedade colonial se cliva entre os possuidores (senhores) e os possuídos (escravos), e nenhuma confusão é possível entre os dois grupos, e a mobilidade entre um e o outro é praticamente irrelevante. Não é difícil perceber que as decorrências deste elemento fundamental se fazem em todas as direções.

Exemplo dessas decorrências é a forma que assume a família nas condições da sociedade escravista colonial: nos quadros do sistema, à produção escravista mercantil associa-se a grande propriedade fundiária; daí a forma da grande família patriarcal de que se revestem as relações familiares na sociedade da colônia. A organização da família patriarcal entende-se, pois, nos quadros da sociedade escravista e não o contrário, isto é,

pretender ver-se o escravismo a partir da família patriarcal: esta a perspectiva que informa, como se sabe, a análise tantas vezes celebrada de *Casa Grande & Senzala*. Visto nesse enfoque, o escravismo foi descrito sobretudo na sua vertente doméstica, e o que se destacou nas relações senhor-escravo foram sobretudo as “áreas de amaciamento”, as formas de aproximação. Tais aspectos, tantas vezes enfatizados, não são de forma alguma irreais, nem mesmo irrelevantes, mas não são essenciais. Mais ainda, o prestígio da obra acabou por ter repercussões mais longínquas: na historiografia comparada da escravidão, tão em voga nos Estados Unidos, acabou por fixar-se uma imagem de um escravismo menos violento dos países ibéricos, contrapondo-se à escravidão do Old South. No Brasil, a imagem fixada parece ter alguma responsabilidade na ausência até há pouco tempo de estudos sobre a rebeldia negra, que só recentemente começam a rever o problema.

Fechado o parêntese, retomemos o perfil da formação social da colônia. Centrada na escravidão, a sociedade se polariza em duas camadas básicas: os senhores e os escravos. Juridicamente separadas, parecem compor uma formação social que se aproxima do tipo estamental, pois a mobilidade é mínima entre as camadas básicas. É bem de ver-se que a camada dominante de colonos tendeu a ver-se a si própria como uma camada senhorial; seus valores são os da nobreza tradicional, o afidalgamento seu objetivo. Isto reflete-se nos textos coevos, e muito da bibliografia que reconstitui a história da sociedade colonial incorpora esta visão: os colonos são assim vistos como uma autêntica “aristocracia rural”. Entretanto, uma análise que procure ultrapassar a letra da documentação não pode limitar-se a esse auto-retrato: na realidade, o colono, ao mesmo tempo que como possuidor de escravos assume uma feição senhorial, tem de permanentemente defrontar-se com o mercado. Vive — ao contrário da autêntica nobreza senhorial — diretamente ligado ao mundo da produção; seu *status* depende da circulação de mercadorias: a venda dos produtos coloniais, a compra dos produtos metropolitanos. Flutuações dos preços, métodos de produção, nível de custos, tudo isto faz necessariamente parte de seu horizonte de vida. Trata-se, pois, também, de um empresário.

O importante a fixar é que o colono era, ao mesmo tempo, as duas coisas, ou tinha as duas faces: senhor e empresário. E aqui caberia observar que as análises correntes enfatizam ora uma, ora outra face do mesmo personagem. De um lado, na tradição de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, a sociedade é vista em conjunto como senhorial (patriarcal, estamental, etc.), e a camada dominante como uma nobreza; de outro (nas histórias econômicas, por exemplo, ou em certos estudos monográficos), o colono é visto como empresário e a sociedade como burguesa. Num e noutro caso defrontam-se dificuldades para entender empresários que não conseguem racionalizar o processo económico, ou nobres tão vivamente empenhados no lucro. Sem pretender resolver o impasse, talvez não seja pequeno avanço insistir na articulação simultânea das duas faces:

na própria aquisição das condições de estilo senhorial o colono já se defronta com o mercado; sendo o escravo uma mercadoria, a sua obtenção se dá na órbita da circulação. Assim, se a posse de escravos era critério de *status* e possibilidade de estilo senhorial de vida, a sua aquisição envolvia penetrar no mundo das relações mercantis: as duas faces são, pois, como o anverso e o reverso da mesma moeda, e esta nos parece uma peculiaridade da formação social da colônia.

Recentes estudos, com base na documentação inquisitorial, têm revelado grande mobilidade no interior da camada dominante de colonos, o que discrepa da versão de uma aristocracia rural. Ao contrário, no polo oposto, a camada escrava parece refletir a imagem da fixidez. Estudos estatísticos começam a revelar as flutuações das alforrias, mas parece-nos que pelo menos ainda são insuficientes para alterar a visão da camada escrava. Aqui, mobilidade significava, de fato, negação radical da ordem colonial: a fuga, o quilombo, o aborto, o suicídio. São temas que agora começam a atrair a atenção dos estudiosos. Falamos em geral, é claro que em determinadas situações tais condições podiam alterar-se: nas minas, por exemplo, pelo menos na fase inicial, parece que a mobilidade foi intensa, mas tendeu depois à estabilização.

Entre os dois polos, toda uma camada intermediária, pouco definida e sem unidade, desenvolvia-se. De qualquer modo, pode-se discriminar setores nesse conjunto: a população das áreas de economia de subsistência, onde dominava a pequena propriedade, ou a pequena posse; os lavradores agregados; e, com a urbanização, uma crescente plebe urbana. Direta ou indiretamente, tais camadas dependem das duas traves mestras do sistema social. Nas épocas de prosperidade da economia de exportação, elevava-se o nível de renda do setor de subsistência, que podia escoar seus produtos para o setor exportador; ao contrário, nas épocas de retração, tendiam a regredir a baixos níveis de atividades. Infelizmente, o estudo dessas camadas intermediárias pouco atraíram a atenção dos estudiosos. Um setor, entretanto, desfrutava de um alto grau de autonomia em relação às camadas dominantes: a burocracia, vinculada à dominação metropolitana. Agentes do estado, encarnando a dominação, dependiam da coroa; aqui contamos com estudos mais aprofundados, como os dos brasilianistas Daurill Alden e Stuart Schwartz. E com isto tocamos num ponto de suma importância: a preeminência do estado na sociedade colonial, desde o início.

É preciso, com efeito, reter essa preeminência do estado na ordem social da colônia, já apontada desde 1958 num ensaio justamente famoso de Raymundo Faoro: a sociedade colonial se engendra, desde o povoamento inicial, sob a égide e dentro dos quadros pré-existentes da monarquia absolutista portuguesa. E a importância desse fato se revela quando tentamos passar da análise da estrutura da sociedade colonial para a análise do processo de mudança que lhe é imanente, pois nesse nível toda mudança passa pelo político.

Apreender a dinâmica da sociedade colonial, efetivamente, implica retomar as conexões antes apontadas da parte com o todo, isto é, da expansão colonial com o capitalismo emergente. Noutros termos: a crise do Antigo Sistema Colonial. No seu nível mais profundo, e sinteticamente, a exploração das colônias, promovendo a acumulação de capitais nas metrópoles européias, contribuía para a formação dos requisitos à passagem para o capitalismo industrial; mas, reversivamente, o industrialismo moderno envolvia um novo sistema, incompatível com o antigo sistema colonial. O exclusivo do comércio, o tráfico e o escravismo, de alavancas da acumulação primitiva se metamorfoseiam em empecilhos da acumulação propriamente capitalista. Este o mecanismo de base das tensões que levaram, a partir da segunda metade do século XVIII em diante, ao movimento de independência das colônias americanas.

Mas, se quisermos, de algum modo, acompanhar o processo, não nos podemos restringir a esse mecanismo de base. Impossível explorar a colônia sem desenvolvê-la, ainda que de modo extensivo: esse desenvolvimento da área da produção colonial se fazia acompanhar a intensificação do aprovisionamento de escravos, com o perigo de desequilibrar demasiadamente a população em favor dos mancebos. Ao contrário da visão patriarcal e estável, a sociedade colonial convive com a permanente tensão senhor-escravo. Por outro lado, o próprio "desenvolvimento", a expansão da exploração colonial, tende a complicar o sistema social: os serviços portuários dão lugar a uma nascente urbanização, complica-se a administração, etc. Quando começam a operar as tensões mais profundas a que acima nos referimos, as fricções tendem a assumir caráter político, isto é, a questionar o esquema de poder. Neste plano, duas são as tensões básicas: uma opõe escravos e senhores, outra a colônia à metrópole. A camada dominante, naturalmente, tende paulatinamente a assumir a segunda, que engloba a colônia como uma unidade, fazendo confundir seus interesses com os da população: assim, no nível ideológico, começa a caminhar o projeto de nação independente. Notemos que a própria condição de senhores de escravos impede a camada dominante — enquanto classe — de assumir uma consciência política que negue sua base de sustentação, o escravismo.

Note-se, ainda, que, no quadro geral do sistema colonial em conjunto, isto é, articulado com o capitalismo europeu emergente, a crise estrutural, na medida em que implica na impossibilidade de persistência da ordem colonial, abre a possibilidade do predomínio, no encaminhamento do processo, de uma das tensões indicadas, ou de composições entre elas. Não há deduzir-se, anacronicamente, da implantação final do projeto da camada dominante, que a sua vitória estava inscrita nas determinações do sistema. A história da crise e superação do Antigo Sistema Colonial, o encaminhamento político através da independência, apresenta um leque de alternativas, desde a revolução dos escravos em St. Domingues até as formas em que se preserva o escravismo, como no Brasil e nos Estados Unidos.

Deixando de lado os aspectos conjunturais desse processo no Brasil — a vinda da corte bragantina para a América portuguesa —, convém reter dois aspectos acima indicados para fixar o essencial da transição em que se cria o estado nacional: a preeminência do Estado na sociedade colonial e a posição da camada dominante, cuja consciência de classe precisa conciliar a ruptura do pacto colonial com a preservação do escravismo. Este o quadro em que se desenrola tortuosamente o encaminhamento do processo político, e que aqui, infelizmente, só podemos caracterizar na sua configuração terminal. De fato, o processo de independência que — como ficou estabelecido desde *A Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr. —, se inicia com a abertura dos portos (1808) e só se encerra com a contenção dos movimentos revolucionários do período regencial, significou, no fundo, a ocupação do aparelho de estado pela antiga camada dominante de colonos. O que não significou a constituição de um estado tipicamente burguês; dadas as características estruturais e o horizonte político dessa mesma camada, a posição do estado como elemento decisivo (e as peculiaridades da burocracia nesse contexto) ficam preservadas.

Visto, pois, do ângulo da desagregação do Antigo Sistema Colonial, 1808 (abertura dos portos), 1822 (independência), 1850 (supressão do tráfico) e 1888 (abolição da escravidão) são os marcos fundamentais do processo. Mas, exatamente porque a configuração anterior tinha sido entendida como um sistema, isto é, como um todo estruturado e interdependente, a supressão de um componente já envolve a reestruturação dos demais num novo contexto. Basicamente, a formação social-escravista do Brasil insere-se agora nos movimentos do capitalismo industrial: a acomodação continua contraditória; a parte e o todo se opõem e ao mesmo tempo se compõem. O Estado nacional cria as primeiras condições para a tendência à internalização da acumulação. Numa primeira fase, intensifica-se o tráfico negroiro e, pois, o caráter escravista da sociedade. A acomodação das forças sociais encaminha o fortalecimento do poder central expresso no centralismo do Império e no poder Moderador do Imperador.

A expansão da economia exportadora — o café — ao mesmo tempo que desloca o eixo geográfico do sistema, acentua as disparidades regionais; por outro lado, crescem as “camadas médias”, mas nada tem a ver com o que normalmente se entende por “classe média”. São os “homens livres e pobres”: nos poros da sociedade, e submetidos às balizas da ordem escravista.

Essa caracterização dos “homens livres na ordem escravista” é fundamental para entender-se a transição da “economia nacional escravista exportadora” para a “economia capitalista exportadora” (para usarmos as denominações e seguirmos a análise de João Manuel Cardoso de Melo) que constitui a mudança de estrutura fundamental do século XIX brasileiro. Efetivamente, o “esgotamento” do escravismo só pode resolver-se com a imigração da mão-de-obra livre: apesar da existência de força de

trabalho desprovida de meios de produção não se constituía em oferta de mão-de-obra assalariada.

Entre a economia e a sociedade inseridas no Antigo Sistema Colonial e a economia de tipo capitalista e a sociedade de tipo burguês (porque fundados no trabalho assalariado) medeia, na primeira parte do século XIX, essa segunda fase do escravismo, liberto das peias do Antigo Sistema Colonial e enquadrado nas linhas do capitalismo industrial. A internalização tendencial da acumulação, expressa do domínio do tráfico de escravos por exemplo, ao mesmo tempo era condição da nova configuração definida pelo capitalismo industrial (pois que não prescindia da superação do pacto colonial) e a ela se opõe na medida em que abre caminho para uma certa autonomia nas decisões. Daí as tensões que se concentraram exatamente em torno do tráfico, suprimido, enfim, em 1850, por pressão da Inglaterra. Num plano mais geral o impacto do capitalismo industrial se desenvolve em todas as direções — a “modernização”, na expressão de R. Graham que analisou o fenómeno — no sentido de criar as condições de adequação dessa parte do sistema (economia e sociedade brasileira) ao todo do sistema: condições em última instância, de realização do capital industrial em escala mundial.

A supressão do tráfico condenou o escravismo ao esgotamento, que se resolveu pela imigração da mão-de-obra européia; mas, aqui, também, esse encaminhamento significou a concretização de uma das possibilidades abertas pela crise da ordem escravista. O contraste da maneira pela qual se processou a destruição do escravismo no Brasil e nos Estados Unidos tem chamado a atenção dos estudiosos: e E. Genovese apontou (cf. *The World the Slaveholders made 1969*) as diferenças de mentalidade entre o Brasil e o Old South: à defesa envergonhada da escravidão como um mal necessário se contrapõe a afirmação categórica das excelências da ordem escravista.

Mas, se procurarmos as razões dessas diferenças, isto é, qual a base dessas duas posturas mentais, encaminhamo-nos para o fato de que, no Old South, o sistema adquiriu o grau máximo da autonomia com a “criação de escravos”, que o independizava ao tráfico: daí a sua resistência férrea. Assim, será talvez sugestivo pensar três momentos do escravismo: no sistema colonial, e dependendo do abastecimento pela metrópole, no estado independente e promovendo o seu próprio tráfico, e finalmente criando seus escravos. Cada momento tem suas peculiaridades, nem sempre levadas em conta.

Com a difusão do trabalho assalariado penetramos efetivamente noutro período: a economia e a sociedade assumem a forma capitalista e burguesa. Mas, ainda uma vez, com feições peculiares: a classe assalariada se constitui com base na imigração, o que (não se afetando a camada de posses livres pré-existente) preserva as antigas formas de dominação e controle político. De qualquer forma, o núcleo de mercado gerado pelo trabalho assalariado abre caminho para a incipiente industrialização.

Também aqui é possível discriminar fases: primeiro momento, o setor produtor de meios de produção é ausente. Assim, o setor industrial depende do agrário exportador, na medida que dele depende a importação de bens de capital. Na segunda fase, implanta-se a indústria de base, mas é estatal. Na terceira, atual, desenvolve-se a indústria pesada, mas quase sempre associada às multinacionais.

O desenvolvimento do operariado foi marcado, na primeira fase, pelo imigrante: daí o movimento operário assumir formas radicais, com predominância do anarquismo: como resposta, a partir de 1930, assistimos ao seu enquadramento no sindicalismo estatal.

Por outro lado, nas condições e fases da industrialização — que se articula com a dinâmica do capitalismo mundial na etapa monopolista —, o empresariado nunca assume uma plena consciência burguesa: dependendo do setor agrário exportador, escorado no estado, acoplado ao capital estrangeiro, a acumulação capitalista nunca assume a autonomia de movimentos do capitalismo central. Se a isto juntarmos a acentuação das disparidades regionais, fica compreensível o contínuo reforço do poder do estado e a acentuação do autoritarismo político do Brasil contemporâneo.

Também aqui, como nos anteriores períodos, o movimento real de constituição da formação social — isto é, da estratificação e articulação das classes — só se pode apreender na tensão entre o geral e o particular, constantemente negando-se e se integrando: a dinâmica do capitalismo moderno e monopolista, integrando as antigas áreas coloniais nos circuitos da acumulação; e as nações em desenvolvimento posicionando-se nesse contexto. Daí a forma específica que assumem esses países — como o Brasil —, a vida social, econômica e política: nos termos de Fernando Henrique Cardoso (cujas análises estão presentes em vários passos desta exposição) capitalismo dependente — associado.

Forma que vem assumindo sem que seja uma necessidade “natural”; a história viva é sempre a concretização de uma das possibilidades abertas pelos movimentos das estruturas.